

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLA ATUAL¹

Yandra Brandão Macêdo Souza

yandrabms@hotmail.com

Graduanda do curso de Pedagogia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Bruna dos Santos Santana

brunasantana0209@hotmail.com

Graduanda do curso de Pedagogia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Rafael Ribeiro Martins

Prof_rafa@live.com

Professor do Curso de Pedagogia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças em sua estrutura organizacional; requer mudanças nos padrões, que baseiem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada, ela compreende um movimento que visa efetivar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos deliberativos da escola. Nesta perspectiva foi realizada uma pesquisa de campo, na qual pela a utilização de uma entrevista a qual buscou avaliar a fala de cada sujeito participante (gestor, pais alunos e funcionários) do processo escolar tendo um campo de avaliação onde se permite analisar como a gestão vem sendo desenvolvida nas escolas e se esta é democrática. Avaliando ao final da pesquisa que uma gestão democrática que abranja todos os segmentos da comunidade escolar está longe de ser realidade.

Palavras chaves: democracia. Escola. Gestão.

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho Curricular.

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças em sua estrutura organizacional; requer mudanças nos padrões, que baseiem a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada, ela precisa ir além dos padrões atualmente em vigor.

A gestão democrática compreende um movimento que visa efetivar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos deliberativos da escola.

Através da Constituição Federal de 1988, por meio da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, cuja redação baseia-se no princípio democrático do ensino público, tornou-se possível a democratização das escolas. Através dessa lei, tornou-se viável a participação da comunidade perante a escola, por meio de sugestões coletivas, que busquem um melhor desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem. O diálogo entre a instituição e a comunidade é de extrema importância nesse processo, possibilitando a interação e aperfeiçoamento das relações sociais entre os indivíduos.

O processo de construção de uma gestão democrática e participativa implica em uma luta pela garantia da autonomia das instituições de ensino. A autonomia é a possibilidade e a capacidade de a escola elaborar e implementar um projeto político-pedagógico que seja relevante à comunidade e à sociedade a que serve. (NEVES, 1995, p. 113)

Contudo, é válido ressaltar que a participação da comunidade nos projetos pedagógicos ainda é muito pequena, as famílias não apresentam interesse em participar das decisões escolares, algumas por falta de conhecimento, por não entenderem a importância dessa participação, outras por não verem vantagem nesse engajamento.

Para que de fato aconteça uma participação efetiva de toda a comunidade escolar, a gestão precisa oferecer um ambiente que favoreça os trabalhos em equipe, e dê igual importância a todos os segmentos (funcionários, professores, pais e alunos) envolvidos no processo educacional.

A gestão escolar vai além da mobilização para realização das atividades, ela constitui um conjunto de intenções, e definição de um ponto que se pretende chegar a partir da execução de projetos. Ela caracteriza-se também numa perspectiva de decisões diante dos objetivos sociais e políticos de uma escola. A escola tem um papel fundamental na formação de um sujeito, tendo como função a formação de um cidadão crítico participativo e atuante na sociedade. Segundo Libâneo (2004) a intencionalidade projeta-se nos objetivos que dão o rumo, a direção da ação. Na escola, isso leva à busca deliberada, consciente, planejada de integração e unidade de objetivos e ação, em torno de normas e atitudes comuns.

Uma gestão escolar que leve em consideração essa formação integral do sujeito, e do novo cidadão, necessita praticar em seu ambiente a democracia, uma escola democrática que pense na necessidade de todos os participantes da prática educativa.

Porém em muitas escolas ou em quase todas elas, as decisões não são tomadas em conjunto. Isso inviabiliza a possibilidade de exposição de opiniões diferentes, e de necessidades específicas que tanto pais e alunos, quanto funcionários e professores possuem. A ausência de diálogo acaba por fechar os horizontes da possibilidade de uma escola melhor para todos. Freire (1975) cita o diálogo como ponto fundamental na gestão participativa, pois é através dele que tomamos consciência e agimos conscientemente.

A existência humana, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1975, p. 93).

Sem desmerecer o papel do gestor na organização da escola, é importante ouvir a voz dos interessados no processo educativo, tornando a escola um espaço mais aberto e dinâmico, onde todo corpo escolar aprenda a ouvir e respeitar o outro em suas ideias e sugestões.

A busca pela melhoria da qualidade da educação exige mudanças não apenas nas políticas de gestão, mas também oferecendo condições que possibilitem a permanência do aluno na escola. É importante conhecer a situação de vida das famílias, seu contexto social e econômico, pois os aspectos externos influenciam no desenvolvimento do processo educativo. Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9),

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...).

Segundo Bordignon e Gracindo (2001, p.154), refletir sobre gestão da educação, implica num processo complexo de participação coletiva e efetivação na escola de instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como eleição para diretores e a integração de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Pensando nisso foi realizado uma pesquisa de campo utilizando a entrevista como instrumento de avaliação. Nesta entrevista ficou claro que a gestão democrática ainda é algo idealizado e que está muito longe de fazer parte da rotina das escolas. Na fala do gestor pode-se observar que no seu ponto de vista a escola é democrática, todas as decisões são tomadas em conjunto: “São todas tomadas em conjunto, claro que a gente tem uma, uma direção, uma coordenação, mas tudo que é feito, é feito em parceria, em conjunto como deve ser feito”.

Avaliando a fala de um funcionário de apoio e de um pai pode-se observar que as decisões não são direcionadas a eles, tudo é resolvido e decidido pela direção da escola. Em sua fala o funcionário de apoio diz: a tomada de decisões é feita pelo diretor e coordenador [...] gostaria de participar das decisões, acho que todos deveriam participar das tomadas de decisões, que cada um ia falar seu problema, isso melhoraria a convivência a qualidade seria outra.” O pai faz a sua queixa por não participar dessas tomadas de decisões: “não participo das decisões, as reuniões que tem com os pais é para falar dos filhos, das notas, faltas, comportamento [...] seria bom os pais estarem presente nessa tomada de decisões [...]”.

Podemos avaliar a discrepância que se estabelece no ambiente escolar, uma gestão baseada na centralização do poder sem levar em consideração as queixas, as opiniões e sugestões dos demais envolvidos no processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar é algo imprescindível para o bom funcionamento da escola, ela deve estar atrelada aos objetivos que se deseja alcançar tendo em vista um bom processo de ensino, abrangendo as mais diversificadas áreas sociais e culturais presentes no ambiente escolar, logo que a escola é um meio social reflexo da sociedade que esta inserida.

Para atender todas as demandas da escola, faz-se necessário ouvir as queixas os elogios e sugestões de todos os envolvidos nesse processo de ensino, esses sujeitos seriam alunos, pais, funcionários de apoio, professores e a comunidade em geral, já que o programa escolar necessita da participação ativa de todos formando uma rede de complexas interações.

Compreendemos que a gestão democrática está muito além de questões financeiras e burocráticas administrativas das escolas. A gestão precisa se comprometer e se envolver com a sociedade no geral, desenvolvendo ações de natureza participativa, afinal a escola é uma ambiente de livre circulação de pensamentos e ideologias muito propício para a socialização dos saberes, visando alcançar um objetivo em comum: uma escola eficaz que ofereça uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 27/07/2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da educação no Brasil: Limites e perspectivas. Out. 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas,

MAIA, Benjamin Perez; BOGONI, Gisele D'angelis. Gestão Democrática. Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica – CADEP. 2008. Acesso em: 27/07/2016.

NOVA ESCOLA. Avaliação nota 10: Conselho de Classe. 2006. Acesso em: 28/07/2016.

NAVARRO, I.P. et.al. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, SEB, 2004.

(BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2004, p.147).

PORTAL EDUCAÇÃO - Órgãos colegiados na escola: O papel do Conselho Escolar, da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Grêmio Estudantil, disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/45637/orgaos-colegiados-na-escola-o-papel-do-conselho-escolar-da-associacao-de-pais-e-mestres-apm-e-do-gremio-estudantil#!3#ixzz4GVaZgKiJ>, acesso em: 05/08/2016 às 22:12h